



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026.

O SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, através do Agente de Contratação, devidamente nomeado através da PORTARIA SAAE SCR Nº 007/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar “**DISPENSA ELETRÔNICA**”, do tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, visando a execução do objeto abaixo delineado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2060/2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à presente Dispensa, devendo ser observadas as seguintes disposições:

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados a preparação de alimentos, pequenas refeições, chás, cafés e lanches para do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN.

INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 02/07/2026 às 08h00min.

TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 08/07/2026 às 08h00min.

DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES: 08/07/2026 das 08H00min às 15h00min.

LOCAL/SITE: www.portalcompraspublicas.com.br.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso da Dispensa Eletrônica estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia **02/07/2026**, no sítio www.portalcompraspublicas.com.br; ou na sede do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, situado à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Uliana Pinto de Assis Crisanto.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente contratação direta é a Contratação de empresa para fornecimento de material de higiene e limpeza, para atender as necessidades básicas e administrativas do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. O critério de julgamento será por **MENOR PREÇO POR LOTE**.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

3.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM – Orçamento Geral do Município, conforme abaixo delineado:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora: 02.101. SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Ação: 2107. Manutenção do Setor Administrativo do SAAE



Natureza da Despesa: 33.90.30. Material de Consumo
Fonte de Recurso: Ordinário

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO DA DISPENSA ELETRÔNICA:

4.1. O presente Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos encontram-se disponíveis para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br; ou na sede do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, situado à Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

5. DO SISTEMA ELETRÔNICO:

5.1. A Dispensa será conduzida pelo Agente de Contratação devidamente nomeado pela Autoridade Competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no Portal de Compras Públicas, no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2. Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br, também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Dispensa na forma eletrônica.

6.4. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do Sistema Eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

7. DA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderá participar desta Dispensa Eletrônica qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no país, que atenda às exigências deste Aviso e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto ora pleiteado e que satisfaçam as condições deste Aviso.

7.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta Dispensa, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Que não atendam às condições deste Aviso e seus Anexos;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Dispensa ou atue na fiscalização ou na gestão da avença celebrada, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Proibidos de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- g) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio celebrado por mais de três empresas;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);



i) Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único, do Art. 12, da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017); e/ou
j) Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Art. 10, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

7.3. Nos termos do Art. 5º, do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

7.4. Para os fins do disposto no “subitem 7.3” acima, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, Art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e Art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

7.5. Nos termos do Art. 7º, do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN.

7.6. É proibida a participação de interessado que já esteja contratado para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, se o objeto da presente Dispensa estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

7.7. A participação na presente Dispensa implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Aviso e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

7.8. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA E RESPONSABILIDADES DO PROPONENTE:

8.1. A participação na Dispensa Eletrônica ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do proponente e subsequente encaminhamento da proposta.

8.2. Após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, os proponentes deverão encaminhar proposta inicial com o valor na “Moeda Real (R\$)” considerando-se duas casas decimais, até a data e hora delineadas neste instrumento, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.3. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço.

8.4. As propostas possuem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura das propostas de preços.

8.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema, que:

- a) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- c) Está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;



d) Assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; e

f) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.6. O proponente organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento na Dispensa, para aquele item.

8.8. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o proponente não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.9. Nos casos de declaração falsa, o proponente estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Aviso.

8.10. Até a abertura da fase de lances, o proponente poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.11. Ao cadastrar sua proposta no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, o proponente deverá fazer a descrição detalhada do objeto, não sendo aceitas descrições da proposta do tipo “conforme Aviso de Contratação Direta” ou “conforme Aviso de Dispensa Eletrônica”.

8.12. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Aviso e seus Anexos.

8.13. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Aviso e seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

ATENÇÃO: 8.14. O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

ATENÇÃO: 8.15. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto desta Dispensa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o proponente pleitear acréscimo após a abertura da disputa.

8.16. A proposta do proponente deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do objeto.

ATENÇÃO: 8.17. Qualquer elemento que possa identificar o proponente importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

8.18. As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico.

ATENÇÃO: 8.19. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações constantes no Termo de Referência, para efeito de proposta, entrega e recebimento do objeto prevalecerão as últimas.



8.20. Caberá ao proponente interessado em participar da presente Dispensa:

- a) Credenciar-se previamente no Sistema Eletrônico;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via Sistema, a Proposta até a data e hora estabelecidas neste Aviso;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, promotora da Dispensa, por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo de Dispensa Eletrônica e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.21. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.22. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9. DA CONDUÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA E DA FASE DE LANCES:

9.1. A Dispensa será conduzida pelo Agente de Contratação devidamente nomeado pela Autoridade Competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.2. A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal de Compras Públicas, através do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, junto ao qual os proponentes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

9.3. O Portal de Compras Públicas se destina especificamente a realização da fase de disputa de preços, enquanto as publicações referentes a condução do processo de Dispensa Eletrônica devem ser acompanhadas através do site e/ou imprensa oficial do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, conforme o caso.

9.4. A participação na Dispensa, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao www.portaldecompraspublicas.com.br, e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Aviso.

9.5. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

9.13. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento.

9.14. Somente os proponentes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

9.15. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema Eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelos proponentes.

9.6. Caberá ao proponente acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a disputa da Dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida



pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

9.7. A partir da hora e data estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo Sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

9.10. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

9.11. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo Sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

9.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,20 (vinte centavos).

9.13. Para a presente Dispensa o valor do intervalo mínimo definido no subitem acima, assegura uma razoabilidade proporcional em relação ao valor estimado da contratação, permitindo que a disputa seja mais eficiente.

9.14. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Sistema.

9.15. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.16. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

9.17. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo Sistema, em ordem crescente de classificação.

9.18. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário estabelecido, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

ATENÇÃO: 9.19. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se o proponente desistente às sanções legalmente previstas, salvo se houver justificativa por parte do proponente e aceita pelo Agente de Contratação.

ATENÇÃO: 9.20. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutable.

9.21. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

9.22. Será assegurada, conforme o caso, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparados, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no Art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

10. DO JULGAMENTO E DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA:



10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso e em seus Anexos.

10.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver menor preço) com os requisitos deste instrumento, será desclassificada aquela que:

- a) Contenha vícios insanáveis;
- b) Não obedeça às especificações pormenorizadas neste Aviso e seus Anexos;
- c) Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do valor estimado;
- d) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;
- e) Contenha mais de 2 (duas) casas decimais em seus valores propostos; e
- f) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento, desde que insanável.

10.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.4. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.

10.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de Dispensa.

10.6. A negociação que trata o “subitem 10.4” poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido neste instrumento.

10.7. No caso de objeto em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo Sistema Eletrônico com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

10.8. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global (preço máximo admitido) fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
- b) Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado no presente processo de Dispensa Eletrônica; e
- c) Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado no presente processo de Dispensa Eletrônica, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias legalmente exigíveis.

10.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no Sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



10.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.14. O Agente de Contratação poderá convocar o proponente para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no Sistema Eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.15. Poderão ser desclassificadas as propostas, mesmo após a emissão da autorização da contratação direta pela autoridade competente, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se houver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da Dispensa, que desabonem sua idoneidade ou capacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa, conforme o caso.

10.16. Será declarado vencedor o proponente que, tendo ofertado o “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, atenda às exigências deste Aviso e seus Anexos.

10.17. Definida a proposta vencedora, o Agente de Contratação poderá solicitar, por meio do Sistema Eletrônico, o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor, no prazo de 2 (duas) horas.

10.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133/2021.

11.2. A verificação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento será realizada através do Portal de Compras Públicas, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do referido Sistema.

11.3. O proponente mais bem classificado da fase de lances deverá atender, EM SUA INTEGRALIDADE, às condições de habilitação devendo apresentar os documentos conforme a seguir elencado:

11.3.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade do(s) titular(es) e/ou de todos os sócios;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente; e
- f) Aditivo(s) ao Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, se houver.

11.3.2. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social do proponente a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Dispensa.

11.3.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta Dispensa;



- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do proponente, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede do proponente ou Certidão de Não Contribuinte;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede do proponente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011; e
- g) Declaração para fins do disposto no inciso VI, do Art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

11.3.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do proponente. Caso a certidão não apresente data de validade, será admitida como válida aquela emitida no máximo há 60 (sessenta) dias da data fixada para realização da “fase de lances” desta Dispensa.

11.3.5. Caso o proponente se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Aviso.

11.3.6. Em se tratando de proponente subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual o proponente assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do objeto.

11.3.7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, conforme o caso, em características, quantidades e prazos com o objeto desta Dispensa, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior do objeto pleiteado.

11.3.8. DOCUMENTOS DE NATUREZA DECLATÓRIA:

- a) Declaração de que a proposta econômica ofertada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal e demais normas infralegais;
- b) Declaração para fins do disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, que no ano-calendário de realização desta Dispensa, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção de benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparados); e
- c) Declaração de conhecimento e conformidade às normas anticorrupção.

11.4. Caso o objeto desta Dispensa venha a ser cumprido por filial do proponente, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.



ATENÇÃO: 11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da Dispensa; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.6. Na análise dos documentos, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

ATENÇÃO: 11.7. O Agente de Contratação verificará mediante consulta “online” nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na Dispensa ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Resultado da consulta realizada junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pelo Portal da Transparência;
- b) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade comprovando o nada consta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- c) Certidão Negativa de empresas Punidas obtida no CNEP – Portal da Transparência; e
- d) Certidão Negativa de Proponentes Inidôneos, obtida no TCU.

11.8. As certidões acima referidas (alíneas “a, b, c e d” do subitem “11.7”) poderão ser obtidas em consulta consolidada no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

ATENÇÃO: 11.9. Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Agente de Contratação reputará o proponente, por falta de condição de participação.

11.10. O proponente mais bem classificado da fase de lances deverá providenciar o envio, via Sistema Eletrônico, da documentação relativa à “**HABILITAÇÃO**”, no prazo máximo de 2 (duas) horas contados a partir da arrematação, respeitado o limite do Sistema Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo ser incluídos em quantos arquivos forem necessários.

11.11. Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

11.12. A ME/EPP/Equiparado que possuir restrição em qualquer dos documentos de “Regularidade Fiscal e Trabalhista” previstos neste Aviso de Contratação Direta, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor da Dispensa, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.

ATENÇÃO: 11.13. O benefício de que trata o subitem anterior não eximirá a ME/EPP/Equiparado da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

11.14. O prazo de que trata o “subitem 11.12” poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.15. A não regularização da documentação, no prazo fixado no “subitem 11.12”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação nos ternos dos “subitens 11.16 e 11.17” abaixo, ou revogar a Dispensa.



11.16. Na hipótese do proponente arrematante ser considerado inabilitado por desatender às exigências habilitatórias, serão requeridos e analisados a proposta e os documentos de habilitação do proponente subsequente, por ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda as condições do presente instrumento, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

11.17. A hipótese que trata o subitem anterior poderá ser realizada mais de uma vez, até que se obtenha um proponente habilitado, sempre observando que sua proposta deverá estar abaixo do orçamento referencial.

11.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será declarado “habilitado”.

12. DA LIMITAÇÃO DE REMESSA DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS:

12.1 Por limitação do Sistema Eletrônico, o envio da documentação relativa à “PROPOSTA” e à “HABILITAÇÃO” poderá ser realizado mediante a inclusão de quantos arquivos forem necessários.

13. DO ENCERRAMENTO:

13.1. Definido o resultado de julgamento, o procedimento de Dispensa será encerrado e encaminhado para trâmites finais, quando então será dirigido à Autoridade Competente para fins de autorização da Dispensa.

13.2. O ato autorizativo da Dispensa será divulgado no site do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN.

13.3. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4. Será facultada ao SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente nas condições propostas pelo proponente vencedor.

13.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste instrumento, sem convocação para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, ficarão os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

14. DO ASSESSORAMENTO TÉCNICO E JURÍDICO:

14.1. No exercício de suas atribuições, o Agente de Contratação poderá contar, sempre que necessário, com o suporte técnico e/ou jurídico dos órgãos de assessoramento e controle interno, para dirimir dúvidas ou obter subsídios.

15. DA ASSINATURA DO CONTRATO OU ACEITE OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

15.1. O proponente vencedor será regularmente convocado para assinar o Contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, através de seu representante legal, o qual terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas após convocado para comparecer à sede do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN para fins de assinatura.

16. DO VALOR ORÇADO E DO(S) PREÇO(S) MÁXIMO(S) DE REFERÊNCIA:

16.1. O objeto pleiteado está orçado conforme valor estimado e preço(s) máximo(s) de referência constantes no Termo de Referência anexo a este instrumento.

17. DAS SANÇÕES:

17.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento, conforme o caso;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou aceitar ou retirar documento equivalente e não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto avençado sem motivo justificado;
- i) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a Dispensa Eletrônica ou a execução do objeto;
- j) Fraudar a Dispensa Eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do objeto; e/ou
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

- a) A declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/Equiparado ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da Dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- b) A prática de ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa; e/ou
- c) A prática de praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei nº 12.846/.

17.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, conforme o caso e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

17.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

17.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, isenta a obrigação, por parte do fornecedor, de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração das responsabilidades deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



17.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por fornecedor, com ou sem a participação de Agente Público.

17.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. Todas as referências de tempo citadas neste Aviso e seus Anexos observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa à Dispensa.

18.2. Os documentos relativos a esta Dispensa serão gerados eletronicamente após o encerramento pelo Agente de Contratação.

18.3. Os demais atos administrativos serão registrados no processo da Dispensa.

18.4. O proponente deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Aviso e seus Anexos, pois a simples apresentação da proposta submete-o à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

18.5. No caso de eventual divergência entre este Aviso de Contratação Direta e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro, salvo o disposto no “subitem 8.19”.

18.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Dispensa, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da avença celebrada, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

18.7. Na hipótese de não conclusão do processo de Dispensa Eletrônica dentro do prazo de validade da Proposta, poderá o proponente, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarado desistente do feito.

18.10. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pelo Agente de Contratação tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas cabíveis.

18.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente no SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN.

18.13. Concluídos os trabalhos, o procedimento de Dispensa será encerrado e encaminhado para tramitação final, quando então será dirigido à Autoridade Competente para fins de autorização da Dispensa.

18.14. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este instrumento ou a avença vinculada a esta Dispensa, fica eleito o foro da Comarca do Município de Santa Cruz/RN, com exclusão de qualquer outro.

19. DOS ANEXOS:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fis. _____

Assinatura

19.1. São anexos deste Aviso de Dispensa Eletrônica e dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – contendo o Termo de Referência com as especificações do objeto;
- b) Anexo II – contendo o modelo da declaração de que a proposta econômica ofertada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal e demais normas infralegais;
- c) Anexo III – contendo o modelo da declaração para fins do disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, que no ano-calendário de realização desta Dispensa, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção de benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparados);
- d) Anexo IV – contendo o modelo da declaração de conhecimento e conformidade às normas anticorrupção; e
- e) Anexo V – contendo a minuta do Contrato.

Santa Cruz/RN, 29 de junho de 2026.

Uliana Pinto de Assis Crisanto
Agente de Contratação



ANEXO I – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados a preparação de alimentos, pequenas refeições, chás, cafés e lanches para do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à preparação de alimentos, pequenas refeições, chás, cafés e lanches para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Santa Cruz/RN, conforme especificações e quantitativos constantes do item 3 deste documento.

1.2. A contratação será realizada mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com valores atualizados pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, sendo a participação restrita a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de gêneros alimentícios pelo SAAE de Santa Cruz/RN justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento regular de alimentos e insumos destinados à preparação de lanches, pequenas refeições, chás e cafés para servidores, colaboradores e autoridades em reuniões, eventos institucionais e demais atividades que demandem esse suporte. A seguir expõem-se os fundamentos específicos da demanda:

2.1.1. Apoio às Atividades Institucionais: a realização de reuniões de trabalho, visitas técnicas e eventos oficiais exige a disponibilização de alimentos e bebidas para garantir o conforto e o bem-estar dos participantes, contribuindo para a manutenção da produtividade e a consecução dos objetivos institucionais da autarquia.

2.1.2. Atendimento às Normas de Hospitalidade e Cerimonial: a aquisição de gêneros alimentícios é indispensável para o atendimento adequado de autoridades, representantes de órgãos parceiros, cidadãos e demais convidados, em conformidade com as práticas de cerimonial e protocolo aplicáveis ao setor público, preservando a imagem institucional do SAAE.

2.1.3. Garantia de Planejamento e Regularidade no Fornecimento: a aquisição planejada e parcelada de gêneros alimentícios, por meio de sistema de ordens de fornecimento emitidas conforme a demanda, permite à Administração otimizar os recursos financeiros, evitar desperdícios de produtos perecíveis e assegurar a oferta contínua e adequada às necessidades das atividades do SAAE ao longo de 12 (doze) meses.

2.1.4. Conformidade com os Princípios da Administração Pública: a contratação observa os princípios da economicidade, da eficiência e do planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021. O processo buscará fornecedores que apresentem o melhor custo-benefício, garantindo a qualidade dos produtos, a segurança alimentar e o cumprimento das normas sanitárias vigentes, em especial as do Código Sanitário Estadual e as resoluções da ANVISA aplicáveis.

2.2. A modalidade de dispensa de licitação com base no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 é adequada ao presente objeto, porquanto o valor global estimado da contratação é de R\$ 21.609,40 (vinte e um mil seiscentos e nove reais e quarenta centavos), situando-se dentro do limite fixado para compras em geral, com valores atualizados pelo Decreto nº 12.807/2025.



3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS (LOTE ÚNICO)

3.1. Os gêneros alimentícios a serem fornecidos, com suas especificações, quantidades estimadas e valores unitários de referência, obtidos mediante pesquisa de preços de mercado, são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UND.	UNIT.	TOTAL
01	Açúcar comum, com aspecto, cor e cheiro próprio, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalagem de 1 kg.	250	Kg	R\$ 6,01	R\$ 1.502,50
02	Adoçante com ciclamato de sódio, unidade com 100 ml.	12	Unid.	R\$ 4,60	R\$ 55,20
03	Bebida láctea tipo iogurte, sabores diversos, em embalagem plástica de 1 litro.	100	Unid.	R\$ 5,97	R\$ 597,00
04	Biscoito amanteigado, embalagem de 300 g.	100	Unid.	R\$ 6,56	R\$ 656,00
05	Bolacha copinha, embalagem de 250 g.	80	Unid.	R\$ 6,00	R\$ 480,00
06	Bolacha Cream Cracker integral, embalagem de 400 g.	80	Unid.	R\$ 6,36	R\$ 508,80
07	Café torrado e moído, embalado a vácuo, pacote com 250 g.	200	Unid.	R\$ 18,93	R\$ 3.786,00
08	Chá de boldo, embalagem de 50 g.	40	Unid.	R\$ 5,21	R\$ 208,40
09	Chá de camomila, embalagem de 50 g.	40	Unid.	R\$ 5,08	R\$ 203,20
10	Chá de erva doce, embalagem de 50 g.	40	Unid.	R\$ 5,68	R\$ 227,20
11	Doce sabor banana, lata com 600 g.	40	Unid.	R\$ 7,80	R\$ 312,00
12	Doce sabor goiaba cascão, lata com 600 g.	40	Unid.	R\$ 8,05	R\$ 322,00
13	Doce sabor goiaba, lata com 600 g.	40	Unid.	R\$ 9,00	R\$ 360,00
14	Leite em pó desnatado, embalagem de 200 g.	40	Unid.	R\$ 12,25	R\$ 490,00
15	Leite em pó integral, embalagem de 200 g.	60	Unid.	R\$ 16,19	R\$ 971,40
16	Manteiga, unidade com 500 g.	50	Unid.	R\$ 19,33	R\$ 966,50
17	Margarina com sal, unidade com 500 g.	40	Unid.	R\$ 8,44	R\$ 337,60
18	Pão de forma, embalagem com 500 g.	120	Unid.	R\$ 9,02	R\$ 1.082,40
19	Polpa de fruta sabor cajá, pacote com 400 g.	50	Unid.	R\$ 7,93	R\$ 396,50
20	Polpa de fruta sabor maracujá, pacote com 400 g.	50	Unid.	R\$ 14,75	R\$ 737,50
21	Polpa de fruta sabor uva, pacote com 400 g.	50	Unid.	R\$ 9,99	R\$ 499,50
22	Presunto, embalagem de 1.000 g.	30	Unid.	R\$ 26,59	R\$ 797,70
23	Queijo de manteiga, embalagem de 1.000 g.	30	Unid.	R\$ 39,96	R\$ 1.198,80



ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UND.	UNIT.	TOTAL
24	Queijo mussarela, embalagem de 1.000 g.	30	Unid.	R\$ 42,19	R\$ 1.265,70
25	Rapadura em tabletes, pote com 30 unidades.	30	Unid.	R\$ 14,49	R\$ 434,70
26	Refrigerante sabor cola, embalagem de 2 litros, de marca de reconhecimento internacional e comprovado padrão de qualidade.	100	Unid.	R\$ 8,14	R\$ 814,00
27	Refrigerante sabor guaraná, embalagem de 2 litros, de marca de reconhecimento internacional e comprovado padrão de qualidade.	100	Unid.	R\$ 10,05	R\$ 1.005,00
28	Refrigerante sabor laranja, embalagem de 2 litros, de marca de reconhecimento internacional e comprovado padrão de qualidade.	100	Unid.	R\$ 8,52	R\$ 852,00
29	Suco de fruta concentrado, industrializado, embalagem com 500 ml.	60	Unid.	R\$ 9,03	R\$ 541,80
VALOR GLOBAL ESTIMADO:					R\$ 21.609,40

3.2. O valor global estimado de R\$ 21.609,40 (vinte e um mil seiscentos e nove reais e quarenta centavos) foi apurado mediante pesquisa de preços realizada junto ao mercado local, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da economicidade e da isonomia.

3.3. As quantidades indicadas na tabela acima são estimativas anuais, correspondentes ao volume máximo previsto para 12 (doze) meses de vigência contratual, não constituindo obrigação de aquisição total por parte do SAAE, que somente realizará as entregas na medida de suas necessidades reais, mediante emissão de Ordem de Fornecimento específica.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. A seleção da proposta mais vantajosa dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A adoção do critério de menor preço por lote único, em substituição ao menor preço por item, justifica-se pelos seguintes fundamentos:

4.2.1. Economicidade e Eficiência Administrativa: a contratação de um único fornecedor para o lote integral reduz os custos logísticos e administrativos decorrentes do gerenciamento de múltiplos contratos, ordens de fornecimento, notas fiscais e processos de pagamento, otimizando a atuação da equipe responsável pelo controle e fiscalização da contratação.

4.2.2. Prevenção de Desabastecimento: a fragmentação por item pode resultar em situações em que determinados produtos não sejam fornecidos por ausência de interessados para itens específicos, comprometendo a regularidade do abastecimento. A contratação pelo lote único garante a cobertura integral da demanda da autarquia.

4.2.3. Complementaridade dos Itens: os gêneros alimentícios listados compõem um conjunto funcionalmente integrado, destinado à preparação de refeições, lanches e bebidas nas dependências do SAAE, sendo operacionalmente mais eficiente contar com fornecedor único responsável pela entrega coordenada de todos os itens.



4.2.4. Compatibilidade com o Valor da Contratação: o valor global estimado de R\$ 21.609,40 é compatível com a capacidade operacional de microempresas e empresas de pequeno porte do ramo alimentício, não havendo risco de restrição indevida à competição pelo agrupamento em lote único.

5. DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. A presente contratação será realizada com participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), incluídos os microempreendedores individuais (MEI) e as cooperativas que se enquadrem nos limites de faturamento definidos na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 48, inciso I, do mesmo diploma legal.

5.2. A exclusividade é aplicável porquanto o valor global estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 para a reserva de mercado em favor das ME/EPP.

5.3. Para fins de comprovação do enquadramento como ME ou EPP, a contratada deverá apresentar declaração específica, firmada sob as penas da lei, afirmando que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. As ME/EPP participantes farão jus ao tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere à regularização de documentos fiscais em situação de restrição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

6. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os gêneros alimentícios serão entregues parceladamente, ao longo de toda a vigência contratual de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e a demanda efetiva do SAAE, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor responsável.

6.2. O local de entrega será indicado pelo SAAE de Santa Cruz/RN no ato da emissão de cada Ordem de Fornecimento, podendo ser a sede da autarquia (Av. Rio Branco, nº 609, Centro, Santa Cruz/RN) ou outro endereço por ela designado no Município de Santa Cruz/RN.

6.3. O prazo máximo para a entrega dos itens constantes de cada Ordem de Fornecimento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem pela CONTRATADA.

6.4. A entrega deverá ser realizada em dias úteis, no horário de expediente do SAAE (das 07h às 13h), salvo ajuste prévio e por escrito entre as partes.

6.5. Os produtos deverão ser entregues:

- a) Em perfeito estado de conservação, acondicionamento e higiene;
- b) Dentro do prazo de validade, com validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total indicado na embalagem, contado da data da entrega;
- c) Em embalagens íntegras, sem violação, amassamento, ferrugem ou qualquer sinal de adulteração;
- d) Acompanhados de nota fiscal eletrônica (NF-e) discriminando item a item os produtos entregues, com identificação do número da Ordem de Fornecimento correspondente.

6.6. É vedado o fracionamento de Ordens de Fornecimento para burla ao regime de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo e no instrumento contratual;
- b) Emitir as Ordens de Fornecimento com antecedência suficiente para o atendimento dos prazos de entrega previstos no item 6.3;
- c) Indicar, em cada Ordem de Fornecimento, o local de entrega, os itens solicitados, as quantidades e as demais especificações necessárias;
- d) Proporcionar à CONTRATADA todas as informações necessárias para a fiel execução do objeto contratado;
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades identificadas na qualidade, quantidade ou condição dos produtos entregues, concedendo prazo razoável para substituição ou regularização, antes de aplicar sanção;
- f) Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por meio de Gestor e Fiscal formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- g) Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer os gêneros alimentícios nas quantidades, especificações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato celebrado;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária, trabalhista e previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para o SAAE, os produtos que apresentarem defeitos, alterações, vencimento antecipado, embalagem violada ou qualquer irregularidade em relação às especificações exigidas, mesmo que constatada após o recebimento provisório;
- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- e) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no processo de contratação, apresentando os documentos necessários sempre que solicitado;
- f) Emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade no processo, discriminando os itens fornecidos e o número da Ordem de Fornecimento respectiva;
- g) Garantir que todos os produtos entregues estejam dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias da ANVISA e demais legislações aplicáveis à segurança alimentar;
- h) Observar e cumprir as normas de higiene e segurança alimentar vigentes, incluindo as estabelecidas pela RDC nº 216/2004 e RDC nº 275/2002 da ANVISA, no que couber ao objeto;
- i) Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer dificuldade no cumprimento dos prazos de entrega, apresentando justificativa formal e propondo solução alternativa;
- j) Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O recebimento dos gêneros alimentícios obedecerá ao disposto no art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

9.1.1. Recebimento Provisório: realizado pelo Fiscal do Contrato, no ato da entrega, mediante conferência dos itens, quantidades, especificações, condições de embalagem e prazo de validade, lavrando-se Termo de Recebimento Provisório ou equivalente.



9.1.2. Recebimento Definitivo: realizado pelo Gestor do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade dos produtos com as especificações exigidas, emissão de atesto na nota fiscal e liberação para pagamento.

9.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ou defeitos ocultos dos produtos entregues, que venham a ser constatados no decorrer do prazo de validade.

9.3. O SAAE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo, devendo a CONTRATADA proceder à substituição no prazo previsto no item 8.1, 'c'.

10. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

10.1. O início da execução do contrato dar-se-á de forma imediata à assinatura do instrumento contratual, podendo a primeira Ordem de Fornecimento ser emitida no mesmo dia.

10.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e a necessidade da prorrogação para a Administração.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do adimplemento da obrigação, entendido como a data do recebimento definitivo dos produtos e do atesto da Nota Fiscal Eletrônica pelo Fiscal do Contrato, em observância aos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica discriminando os itens fornecidos, os respectivos valores unitários e totais e o número da Ordem de Fornecimento correspondente.

11.3. O pagamento fica condicionado à manutenção, pela CONTRATADA, de todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na contratação, conforme verificação a ser realizada pelo SAAE previamente a cada pagamento.

11.4. Na hipótese de irregularidade fiscal da CONTRATADA, o SAAE comunicará o fato formalmente e concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5. O SAAE poderá deduzir do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA em razão de descumprimento contratual, incluindo multas aplicadas.

11.6. As despesas decorrentes da contratação serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – “Material de Consumo”.

12. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

12.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que compõe a pesquisa de preços deste Termo de Referência.

12.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, mediante solicitação formal da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados na proporção da variação apurada no IPCA – IBGE acumulado no



período, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o mês do orçamento estimado.

12.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

12.4. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento, dispensando termo aditivo, conforme art. 136, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as partes, por meio de termo aditivo, elegerão novo índice oficial em substituição.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Gestor e Fiscal formalmente designados pelo SAAE de Santa Cruz/RN, mediante portaria específica, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Fica desde já designado como Gestor do Contrato o servidor Irimar Vasco dos Santos, ao qual competirá, entre outras atribuições:

- a) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- b) Acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- c) Autorizar o recebimento definitivo dos produtos e o atesto das notas fiscais;
- d) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções, em caso de descumprimento contratual, após regular processo administrativo;
- e) Comunicar ao superior hierárquico qualquer ocorrência relevante na execução do contrato.

13.3. O Fiscal do Contrato será designado por portaria posterior, sendo responsável pelo recebimento provisório dos produtos e pela conferência de sua conformidade com as especificações deste Termo.

14. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

14.1. Para fins de habilitação na presente dispensa de licitação, a CONTRATADA deverá comprovar:

14.1.1. Habilitação Jurídica: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, comprovando a atividade de comércio de gêneros alimentícios.

14.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista: prova de inscrição no CNPJ; certidão conjunta de tributos federais e dívida ativa da União; certidão de regularidade estadual; certidão de regularidade municipal; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

14.1.3. Qualificação Técnica: declaração ou atestado de que a empresa atua no ramo de fornecimento de gêneros alimentícios, compatível com o objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

14.1.4. Qualificação Econômico-Financeira: conforme as disposições dos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser dispensada, total ou parcialmente, em razão do valor da contratação, conforme o art. 70 do mesmo diploma legal.

14.2. A documentação de habilitação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, nos termos do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à autoridade competente a análise da conveniência de sua exigência no caso concreto.

14.3. A comprovação do enquadramento como ME/EPP far-se-á mediante declaração firmada pela CONTRATADA, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos dos arts. 156 a 163 do mesmo diploma legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o SAAE poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência: aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos, calculada sobre o valor do pedido (Ordem de Fornecimento) inadimplido, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, pela inexecução total ou por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, não enquadradas nas alíneas anteriores;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, pelo prazo de até 2 (dois) anos, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, pelas infrações previstas nos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações dos incisos II a VII que justifiquem penalidade mais grave;
- f) As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Se o valor da multa não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a notificação, será descontado do primeiro pagamento devido à CONTRATADA, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Na impossibilidade de desconto, o valor será cobrado judicialmente.

Santa Cruz/RN, em 18 de junho de 2026.

MARINÊS VIANA DE MOURA
Chefe da Seção de Serviços, Material e Transporte



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fis. _____

Assinatura

ANEXO II – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA OFERTADA
COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS
ASSEGUADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS NORMAS INFRALEGAIS**

Ao
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN.
Ref.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto na DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026, que a “Proposta Econômica” ofertada na evidenciada contratação direta, compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Proponente: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fis. _____

Assinatura

ANEXO III – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS

Ao

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN.

Ref.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

DECLARAÇÃO

Na condição de ME/EPP/Equiparado, declaramos para fins do disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como em atendimento à DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026, que no ano-calendário de realização da referida contratação direta ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado, de forma que fazemos jus a obtenção dos benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Proponente: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal



ANEXO IV – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONFORMIDADE ÀS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

Ao

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN.

Ref.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, declara, na melhor forma de direito, ter conhecimento e estar em conformidade com o inteiro teor da Lei nº 12.846/2013 – “Lei anticorrupção” e de Leis correlatas, e de que todos e quaisquer atos praticados pelos sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou subcontratados, e terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, no exercício das atividades, são de responsabilidade da Declarante, não sendo o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN, em hipótese alguma, corresponsável por tais ações, a qualquer título ou tempo.

Declara ter lido e compreendido o “AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026”, e assume o compromisso de cumpri-lo e respeitá-lo em todas as atividades relacionadas ao seu objeto, zelando por sua plena aplicação, sob pena de responsabilização civil e criminal por eventual descumprimento de suas cláusulas.

Outrossim, declara ter conhecimento do inteiro teor das Leis abaixo, bem como das sanções e penalidades aplicadas, no caso de crimes e atos lesivos contra a Administração Pública, além de outras leis extravagantes e crimes previstos no Código Penal:

- 1) Contra a Fazenda Pública – tributários ou fiscais, entre os quais deve ser incluído o de apropriação indébita das contribuições previdenciárias (Lei 8.137/90);
- 2) Contra as relações de consumo e de trabalho (Lei 8.137/90);
- 3) Contra o meio ambiente (Lei 9.605/98);
- 4) Contra a ordem econômica (Lei 8.984/94);
- 5) Contra o Sistema financeiro (Lei 7.492/86);
- 6) Falimentares (Lei 11.101/05);
- 7) Contra a propriedade industrial (Lei 9.279/96);
- 8) Prevenção à “lavagem de dinheiro” (Lei no 9.613/98);
- 9) Outros previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), notadamente crimes contra a Administração Pública, tais como corrupção ativa, tráfico de influência, exploração de prestígio e os atinentes à Administração Pública, dentre outros.

Assevera que tem conhecimento de que o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN poderá tomar todas as medidas legais pertinentes, de modo que toda e qualquer comunicação recebida por esta instituição referente às condutas ilegais praticadas poderão ser prontamente noticiadas às autoridades competentes, a fim de que sejam aplicadas as sanções cabíveis.

Declara que os sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou subcontratados, e terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, no exercício das atividades da Declarante, não praticaram quaisquer atos de corrupção ou estejam sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos de corrupção, quer sob a égide da Lei Anticorrupção, Código Penal e/ou correlatas, mas não se limitando a estas, assim definidas



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE

Fis. _____

Assinatura

em conjunto como “Leis Anticorrupção”, nos termos deste Anexo.

Por serem verdadeiras as declarações supra, assino o presente Instrumento, para que surta os efeitos jurídicos e legais.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal



ANEXO V – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026 – MINUTA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, com sede na Av. Rio Branco, 609, Centro – Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, CNPJ nº 08.520.389/0001-08, neste ato representado pelo(a) Sr. Diretor Gilvan Pontes da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

1.1 Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº XXX/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 2060/2023 e demais legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 O presente contrato, tem por objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados a preparação de alimentos, pequenas refeições, chás, cafés e lanches para do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN.

2.2 O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº XXX/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

3.1 O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UND.	UNIT.	TOTAL
01	Açúcar comum, com aspecto, cor e cheiro próprio, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalagem de 1 kg.	250	Kg		
02	Adoçante com ciclamato de sódio, unidade com 100 ml.	12	Unid.		
03	Bebida láctea tipo iogurte, sabores diversos, em embalagem plástica de 1 litro.	100	Unid.		
04	Biscoito amanteigado, embalagem de 300 g.	100	Unid.		
05	Bolacha copinha, embalagem de 250 g.	80	Unid.		
06	Bolacha Cream Cracker integral, embalagem de 400 g.	80	Unid.		



ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UND.	UNIT.	TOTAL
07	Café torrado e moído, embalado a vácuo, pacote com 250 g.	200	Unid.		
08	Chá de boldo, embalagem de 50 g.	40	Unid.		
09	Chá de camomila, embalagem de 50 g.	40	Unid.		
10	Chá de erva doce, embalagem de 50 g.	40	Unid.		
11	Doce sabor banana, lata com 600 g.	40	Unid.		
12	Doce sabor goiaba cascão, lata com 600 g.	40	Unid.		
13	Doce sabor goiaba, lata com 600 g.	40	Unid.		
14	Leite em pó desnatado, embalagem de 200 g.	40	Unid.		
15	Leite em pó integral, embalagem de 200 g.	60	Unid.		
16	Manteiga, unidade com 500 g.	50	Unid.		
17	Margarina com sal, unidade com 500 g.	40	Unid.		
18	Pão de forma, embalagem com 500 g.	120	Unid.		
19	Polpa de fruta sabor cajá, pacote com 400 g.	50	Unid.		
20	Polpa de fruta sabor maracujá, pacote com 400 g.	50	Unid.		
21	Polpa de fruta sabor uva, pacote com 400 g.	50	Unid.		
22	Presunto, embalagem de 1.000 g.	30	Unid.		
23	Queijo de manteiga, embalagem de 1.000 g.	30	Unid.		
24	Queijo mussarela, embalagem de 1.000 g.	30	Unid.		
25	Rapadura em tabletes, pote com 30 unidades.	30	Unid.		
26	Refrigerante sabor cola, embalagem de 2 litros, de marca de reconhecimento internacional e comprovado padrão de qualidade.	100	Unid.		
27	Refrigerante sabor guaraná, embalagem de 2 litros, de marca de reconhecimento internacional e comprovado padrão de qualidade.	100	Unid.		
28	Refrigerante sabor laranja, embalagem de 2 litros, de marca de reconhecimento internacional e comprovado padrão de qualidade.	100	Unid.		
29	Suco de fruta concentrado, industrializado, embalagem com 500 ml.	60	Unid.		
VALOR GLOBAL:					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

4.1 Os preços contratados são fixos e irajustáveis no prazo de um ano.

4.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.7 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.8 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

5.1 As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Orçamento Geral do SAAE

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – “Material de Consumo”

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

7.1 Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

7.1.1 Início: Imediato;

7.1.2 A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

8.2 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

8.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

8.4 Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

8.5 Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

9.1 Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

9.2 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;



- 9.3 Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- 9.4 Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- 9.5 Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.6 Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- 9.7 Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- 9.8 Cumprir a reserva de cargos prevista em Lei nº para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- 9.9 Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

10.1 Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos arts. 137 a 139, todos da Lei nº 14.133/21

10.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

11.1. Efetuada a entrega dos materiais de consumo e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos para o recebimento do objeto pelo Contratante obedecerão rigorosamente às disposições do art. 140, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O Recebimento Provisório ocorrerá de forma concomitante à entrega dos materiais, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações exigidas no Termo de Referência e na proposta apresentada, mediante recibo impresso na nota fiscal ou em documento de entrega equivalente emitido pelo servidor ou comissão responsável.

11.3. O Recebimento Definitivo dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a conferência minuciosa da quantidade, qualidade, marcas, prazos de validade e perfeito estado de conservação das embalagens dos materiais de consumo entregues, atestando a regular execução do contrato e autorizando o prosseguimento para a fase de faturamento e pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

12.1 O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AV. RIO BRANCO, 609 - Bairro CENTRO - SANTA CRUZ
CNPJ/MF 08.520.389/0001-08

SAAE
Fis. _____

Assinatura

art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

12.2 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santa Cruz/RN.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Santa Cruz/RN, XX de XXXXX de 2026.

_____ Gilvan Pontes da Silva Contratante	_____ XX Contratado
---	---

Testemunhas:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____